



Artigo



O Papel das Organizações Não Governamentais de Ambiente nas Políticas Públicas

The Role of Environmental Non-Governmental Organizations in Public Policy

El Papel de las Organizaciones no Gubernamentales Medioambientales en las Políticas Públicas


Le Rôle des Organisations Non Gouvernementales de l'Environnement dans les Politiques Publiques

Emily Cabral da Silva Santos¹ e Sara Moreno Pires²

¹ Graduada em turismo e mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil; doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

 <https://orcid.org/0000-0003-1618-1603> E-mail: cabral.emilysantos@outlook.com

² Professora Auxiliar de Políticas Públicas no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais e investigadora titular e Vice-Coordenadora da Linha de Investigação Políticas Públicas, Instituições e Inovação da Unidade de Investigação em Governança da Competitividade e Políticas Públicas da Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal. É economista pela Universidade de Coimbra, Portugal, mestre em Desenvolvimento e Planeamento pela University College London, Reino Unido, doutorada em Ciências Ambientais Aplicadas pela Universidade de Aveiro, Portugal.

 <https://orcid.org/0000-0003-1349-7856> E-mail: sarapires@ua.pt

Resumo

Nas últimas décadas tem sido crescente a atuação e visibilidade das Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGAs) na política, reforçada sobretudo pela promoção de novas formas de governança. Apesar de reconhecida sua função como mediadoras entre o Estado e a sociedade, pouco se sabe sobre os mecanismos e estratégias usados por esses atores no processo de elaboração e implementação de Políticas Públicas, particularmente na área de Ambiente. Esta pesquisa pretende identificar os fatores e mecanismos, de natureza social, econômica, ideológica ou política, que incentivem ou inibam a influência desses atores nas Políticas Públicas de Ambiente. Para isso, uma Revisão Sistemática de Literatura analisou 33 artigos retirados das bases de dados Scopus e Web of Science. Os resultados indicam que as ONGAs utilizam diferentes estratégias de engajamento e desempenham funções distintas no ciclo de política pública. O tipo de relacionamento que estabelecem com outros stakeholders é igualmente determinante e alguns desafios que enfrentam dificultam sua atuação no processo de políticas públicas.

Palavras-Chave: Políticas Públicas de Ambiente; ONGs; Atores Não Governamentais; Ciclo de Política Pública; Estratégias de Engajamento.

Abstract

In the last few decades, the role and visibility of Non-Governmental Organizations (NGOs) in politics has been growing, mainly due to the promotion of new forms of governance. Although their role as mediators between the state and the people is recognized, little is known about the mechanisms and strategies used by these actors in the process of drafting and implementing public environmental policies. This research aims to identify the factors, circumstances, and mechanisms of a social, economic, ideological or political nature that encourage or inhibit the influence of these actors on environmental public policies. To this end, a Systematic Literature Review analyzed 33 articles taken from the Scopus and Web of Science databases. The results indicate that NGOs use different engagement strategies and play different roles in the public policy cycle. The type of relationship they establish with other stakeholders is also a determining factor and some of the challenges they face make it difficult for them to act in the public policy process.

Keywords: Public Environmental Policies; NGOs; Non-Governmental Actors; Public Policy Cycle; Engagement Strategies.

Resumen

En las últimas décadas, el papel y la visibilidad de las Organizaciones No Gubernamentales (ONG) en la política han ido en aumento, principalmente debido a la promoción de nuevas formas de gobernanza. Aunque se reconoce su papel como mediadoras entre el Estado y los ciudadanos, poco se sabe sobre los mecanismos y estrategias utilizados por estos actores en el proceso de elaboración y aplicación de las políticas públicas medioambientales. Esta investigación pretende identificar los factores, circunstancias y mecanismos de naturaleza social, económica, ideológica o política que favorecen o inhiben la influencia de estos actores en las políticas públicas ambientales. Para ello, una Revisión Sistemática de la Literatura analizó 33 artículos extraídos de las bases de datos Scopus y Web of Science. Los resultados indican que las ONGAs utilizan diferentes estrategias de participación y desempeñan distintos papeles en el ciclo de las políticas públicas. El tipo de relación que establecen con otras partes interesadas también es decisivo y algunos de los retos a los que se enfrentan dificultan su actuación en el proceso de las políticas públicas.

Palabras Clave: Políticas Públicas Medioambientales; ONGs; Actores No Gubernamentales; Ciclo de las Políticas Públicas; Estrategias de Participación.

Resumé

Au cours des dernières décennies, le rôle et la visibilité des organisations non gouvernementales (ONG) dans la politique se sont accrus, principalement en raison de la promotion de nouvelles formes de gouvernance. Bien que leur rôle de médiateur entre l'État et la population soit reconnu, on sait peu de choses sur les mécanismes et les stratégies utilisés par ces acteurs dans le processus d'élaboration et de mise en œuvre des politiques publiques en matière d'environnement. Cette recherche vise à identifier les facteurs, circonstances et mécanismes de nature sociale, économique, idéologique ou politique qui favorisent ou inhibent l'influence de ces acteurs sur les politiques publiques environnementales. À cette fin, une revue systématique de la littérature a analysé 33 articles tirés des bases de données Scopus et Web of Science. Les résultats indiquent que les ONGAs utilisent différentes stratégies d'engagement et jouent différents rôles dans le cycle des politiques publiques. Le type de relations qu'elles établissent avec d'autres parties prenantes est également un facteur déterminant et certains des défis auxquels elles sont confrontées rendent difficile leur action dans le processus d'élaboration des politiques publiques.

Mots-Clés: Politiques Publiques Environnementales; ONGs; Acteurs Non Gouvernementaux; Cycle des Politiques Publiques; Stratégies d'Engagement.

1. As Organizações Não Governamentais e sua Atuação nas Políticas Públicas

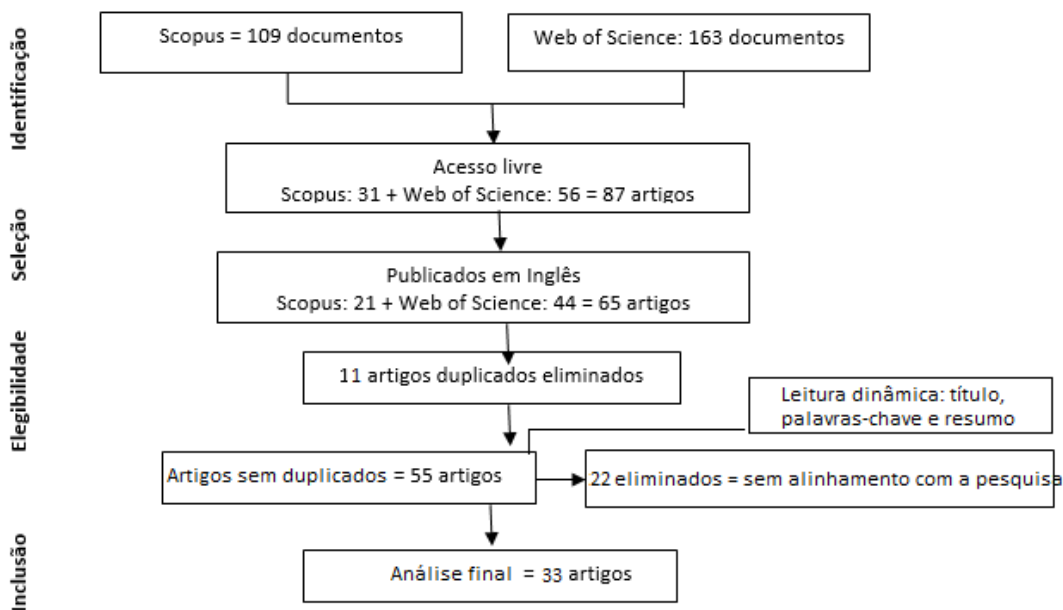
As Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGAs) são entendidas como instituições do terceiro setor com foco na questão ambiental, sem ligação com o governo ou setor privado e que operam de maneira não-lucrativa. Como referem Calegare e Silva Júnior (2009) a crescente participação das ONGs no cenário internacional no pós II Grande Guerra Mundial, levaram a que estas obtivessem mais espaço, reconhecimento e credibilidade no espaço político. O seu amplo repertório de atividades, tem-se estendido “de campanhas educacionais e de aumento de consciência direcionadas aos cidadãos, à mobilização de alto nível de expertise destinados a influenciar processos políticos” (Rodela, Udovc, & Boström, 2017, p. 245), o que confere a esses atores grande importância na produção das políticas públicas (Brasil, 2013).

Como explica Silva (2009, 2018, 2023) através da articulação e da cooperação, o poder público e os movimentos sociais buscam realizar um fazer ético que beneficia o bem comum. Apesar de já conhecida sua capacidade de persuadir e convencer legisladores e políticos além de históricas contribuições que levaram à adoção de acordos e protocolos internacionais (Paul, 2000), existem poucos estudos que focam na participação de ONGAs durante o processo de formulação de políticas públicas, de maneira a entender como essa participação pode ser aprimorada e quais são os fatores que contribuem ou dificultam esse envolvimento (Haris, Mustafa, & Ariffin, 2020). Assim, este artigo teve por objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura sobre a contribuição das ONGAs no processo de elaboração e implementação de políticas de ambiente em diferentes escalas, também conhecido como ciclo de políticas públicas. Para isso, buscou-se identificar os fatores e mecanismos que incentivem ou inibam a influência desses atores nas Políticas Públicas de Ambiente incluindo aí as estratégias utilizadas pelas ONGAs, as funções que desempenham, o tipo de relações com os outros atores envolvidos no processo, e os desafios que enfrentam ao longo desse percurso.

2. Procedimentos Metodológicos da Revisão e da Análise

Uma revisão sistemática implica a definição de uma questão de pesquisa e o uso de métodos sistemáticos e explícitos para identificar, selecionar e avaliar, de modo crítico, os dados contidos em um conjunto de estudos Moher e cols., (2009). Além disso, é um método eficaz em sintetizar o que está sendo estudado e é útil por fornecer evidências que podem apoiar decisões do ponto de vista prático e político (Snyder, 2019). Para a seleção e amostragem dos artigos, optou-se por utilizar o método PRISMA de Page e cols., (2021), de forma adaptada. Algumas estratégias foram utilizadas para identificar a literatura que seria relevante para a pesquisa (Figura 1), incluindo a definição dos termos de busca, as bases de dados selecionadas e os critérios de inclusão e exclusão dos artigos (Snyder, 2019).

Figura 1. Seleção e amostragem de artigos com o uso do método PRISMA



Fonte: Adaptado de Moher e cols., (2010).

Optou-se por usar as bases de dados Scopus e Web of Science devido ao seu reconhecimento e abrangência internacional. Além disso, ambas fornecem ampla cobertura de pesquisas na área de ciências sociais (Norris & Oppenheim, 2007) e foram usadas em outros estudos considerados relevantes sobre o tema (Haris et al., 2020). As buscas foram realizadas no mês de outubro de 2021, com o uso dos operadores booleanos *OR* e *AND*, nos campos título, resumo e palavras-chave, o que gerou um total de 272 documentos como mostrado na Tabela 1.

Tabela 1. Procedimentos de busca nas bases de dados selecionadas

Base de Dados	Palavras-chave	Total de artigos encontrados
Scopus	Title-Abstract-Key: "ENGO" or "environmental nongovernmental organi*ation" or "non state actors" and "public polic*"	109 documentos
Web of Science	Topic: "ENGO" or "environmental nongovernmental organi*ation" or "non state actors" and "public polic*"	163 documentos
Total		272 documentos

Fonte: Elaboração própria (2021).

Após esta primeira fase de seleção, foram aplicados alguns critérios de inclusão e exclusão de artigos. Foram selecionados apenas documentos do tipo artigos de periódicos, com acesso livre e publicados em língua inglesa, conforme Tabela 2. Assim, foram excluídos 185 documentos que não ofereciam acesso livre, 11 que não eram artigos de periódicos, 11 que não atendiam ao critério de língua de publicação. Após a aplicação dos critérios mencionados, restaram 65 artigos que passaram a uma terceira fase de triagem.

Tabela 2. Critérios de elegibilidade

Critério	Condição para elegibilidade
Acesso	Acesso livre/Open access
Tipo de documento	Artigos de periódicos
Língua de publicação	Inglês
Área científica	Todas
Ano de publicação	Todos

Fonte: Elaboração própria (2021).

Os 65 documentos foram organizados em software Microsoft Excel informando o título, autores, ano de publicação e periódico em que foi publicado. Em seguida foram eliminados 11 documentos que apareceram em duplicidade nas duas bases de dados. Outros 22 artigos foram eliminados após a leitura dos resumos, palavras-chave e conclusão, por não apresentarem relação com o tema deste estudo ou por não haver mencionado o termo “NGO” em nenhum momento no texto. Como resultado de todo o processo de seleção, obteve-se uma amostra final de 33 artigos a serem analisados.

Após chegar à amostra final, deve-se portanto utilizar algum mecanismo padronizado para extrair as informações apropriadas de cada artigo (Snyder, 2019). Os artigos foram analisados inicialmente de modo indutivo, através de uma matriz (Tabela 3) que serviu como método para identificar, analisar, descrever e reportar os temas que fossem surgindo (Braun & Clarke, 2006). A análise temática é uma técnica útil para apresentar as características de um conjunto de dados, uma vez que obriga o investigador a adotar uma abordagem bem estruturada (King, 2004).

Tabela 3. Matriz de temas

Tema	Descrição	Definição	Autores
Tema 1	Estratégias e mecanismos de participação nas Políticas Públicas	Visões ou desejos compartilhados que motivam as ONGAs a trabalharem juntas. Exemplo: estratégias internas ou externas (campanhas de <i>name & shame</i> , <i>lobby</i> , relatórios técnicos); coalizões; redes.	Gray, 1996; Mermet (2018).
Tema 2	Funções das ONGAs nas Políticas Públicas	Financiamento; implementação do projeto, <i>lobbying</i> , <i>watchdog</i> , <i>advocacy</i> , <i>expertise</i> , monitoramento; regulamentação (estado de direito); Independente, Mediador, Ponte, Cativo, <i>Think Thank</i> .	Hoffman (2009)
Tema 3	Relacionamento com os <i>stakeholders</i>	Cooperação na concepção ou implementação de políticas; confronto.	Hermansen e cols., (2017)
Tema 4	Desafios à participação de ONGAs	Questões organizacionais internas e externas que uma ONGA carrega: falta de recursos, falta de confiança pública, cooptação, dependência do sistema econômico e social; etc.	Bromideh (2011)

Fonte: Elaboração própria (2021).

A codificação manual dos dados foi realizada considerando-se como unidades de contexto as palavras ou frases dentro de cada parágrafo, ou seja, os recortes de texto portadores de significação (Bardin, 2016), e que remetiam aos temas previamente definidos na Tabela 3. Os artigos a serem analisados foram inseridos no software NVIVO¹ e as informações de autoria, título, ano de publicação e periódico foram atribuídos a cada elemento.

Em seguida, a análise seguiu as etapas recomendadas por Bardin (2016): pré-análise, exploração do material, tratamento e interpretação dos resultados. O *corpus* de 33 artigos foi manualmente documentado em Microsoft Excell, informando título, autores e periódico de publicação. À medida que foram sendo lidos, ia-se registrando *insights* e fragmentos de texto que contribuíram para a construção das categorias de análise. Foram usadas cores para identificar os diferentes temas que emergiram desse processo de categorização Hege e cols.,(2016).

3. O Papel das ONGs nas Políticas Públicas

A amostra de 33 artigos continha publicações entre 2005 e 2021, sendo a maior parte dos estudos com foco nas políticas de ambiente em países da Europa, além de Ásia e os Estados Unidos. As metodologias mais utilizadas foram entrevistas com ativistas e membros das ONGs e também análise documental de relatórios, comunicados de imprensa e de programas de implementação de políticas em nível nacional ou internacional.

A publicação mais antiga, intitulada *Environmental pressure group strength and air pollution: an empirical analysis*, de Binder e Neumayer (2005), foi publicada na revista *Ecological Economics* e identificou como principal função das ONGAs o *lobbying* para influenciar os decisores políticos para combater a poluição do ar no Reino Unido. Os autores destacaram como principal desafio a falta de recursos humanos e financeiros e concluíram que existem poucas provas empíricas sobre a eficácia das ONGAs na mudança ambiental, embora sejam consideradas o principal veículo de vigilância e defesa do ambiente. Foi também o artigo mais citado, com um total de 87 citações no momento da escrita deste artigo (Tabela 4).

Se observamos o título dos artigos, percebemos que os temas discutidos refletem, de modo geral, as principais preocupações em nível mundial sobre o Ambiente: poluição do ar, gestão de recursos de pesca, produção de alimentos, plástico marinho, mudanças climáticas e reflorestamento.

¹ Utilização cedida pelo Grupo de investigação em Governança, cooperação e Políticas Públicas – GOVCOPP, Universidade de Aveiro. Versão 1.6.1.

Tabela 4. Artigos mais citados (1980-2021)

	Título	citações	Ano	Autor
1	Environmental pressure group strength and air pollution: An empirical analysis.	87	2005	Binder e Neumayer.
2	Passing the Panda Standard: A Tad off the Mark?	26	2010	Belton e cols.
3	Conflicts and Coalitions Within and Across the ENGO Community	25	2008	Alcock, Frank.
4	Cooptation of ENGOs or Treadmill of Production? Advocacy Coalitions and Climate Change Policy in Finland	23	2019	Gronow e Yla-Anttila.
5	Baltic Herring Fisheries Management: Stakeholder Views to Frame the Problem	19	2012	Haapasaari e cols.
6	Reluctant pioneers in the European periphery? Environmental activism, food consumption and "growing your own"	17	2017	De Hoop e Jehlicka.
7	Stakeholder perceptions of marine plastic waste management in the United Kingdom	13	2019	McNicholas e Cotton.
8	Climate Change and the Convergence between ENGOs and Business: On the Loss of Utopian Energies	13	2011	Anshelm e Hansson.
9	American foundations in the Great Bear Rainforest: Philanthrocapitalism, governmentality, and democracy	12	2015	Tedesco, Delacey.
10	Representation and participation in formulating Nepal's REDD plus approach.	10	2019	Satyal e cols.

Fonte: Elaboração própria (2021).

As 50 palavras mais frequentes na amostra estão sintetizadas na figura 2². Isso revela que os estudos se centram em aspetos da gestão das políticas públicas de ambiente (*policy, environmental, management*) de caráter conservacionista, ou seja, discutem a governança a partir das instituições e grupos de interesse que fazem parte do seu processo de elaboração ou implementação no terreno.

²Tendo em consideração os seguintes critérios: palavras com o mínimo de seis caracteres, busca pela correspondência exata do termo no texto, a não inclusão de seus sinônimos e exclusão de palavras impedidas: *information, university, important, however, different, analysis, approach, journal*. O tamanho da fonte das palavras na nuvem (figura 2) representa a frequência da ocorrência, ou seja, quanto maior a palavra mais vezes ela apareceu nos dados analisados. As palavras aparecem na língua inglesa, pelos critérios de busca se terem centrado em publicações nesta língua, e por isso optou-se pela não tradução dos termos.

3.1. Estratégias e Mecanismos de Participação nas Políticas Públicas

A literatura analisada indica que as principais estratégias e mecanismos utilizados pelas ONGAs como forma de influenciar em políticas públicas são o ativismo em campanhas do tipo *name & shame*, em português nomear e envergonhar, contra empresas ou projetos que estão em desacordo com políticas ambientais já estabelecidas, ou para gerar pressão e reflexão sobre as consequências de certas atividades econômicas, como na indústria de papel e celulose (Gritten, 2012), gás e óleo (Olive & Valentine, 2018), e no setor energético. A Tabela 5 resume as principais estratégias que surgiram a partir da análise temática da amostra de 33 artigos.

Tabela 5. Estratégias das ONGAs nas políticas ambientais

Tópico	Subcategoria	Categoria
Campanhas de questionamento de atividades, campanhas de denúncia, ativismo, campanhas de mobilização, litígio como estratégia de mobilização, geração de cobertura mediática, campanhas de voluntariado, comunicados de imprensa, mobilização da opinião pública, debates e entrevistas para aumentar a atenção dos meios de comunicação social.	Campanhas	Informação e alarde
	Comunicação de massa	
Coligações entre ONGAs, criação e interligação de redes, defesa e apelo à ação coletiva, interligação entre decisores políticos e cientistas.	Redes e de coligações	Reforçar as relações com os <i>stakeholders</i>
Ações financeiras. cooperação com instituições financeiras.	Ações financeiras	Ações financeiras
Participação na elaboração de políticas através de audições e comitês.	Fóruns formais	Fóruns formais
Plantar sementes de árvores para aumentar a consciencialização.	Eventos ecológicos	Eventos ecológicos
"Poder emprestado" das autoridades locais (informal e formal), ou seja, legitimação por outra instituição.	Poder Falso	Poder Falso
Divulgação de informações sobre o ambiente, literacia verde (poemas, biologia, artes, etc.), estratégias educativas de sensibilização ambiental, construção e recolha de conhecimentos sobre o ambiente, divulgação de informações, workshops para informar as comunidades.	Artes e metodologias lúdicas, Educação e conhecimento formal	Literacia Ambiental
Prestação de apoio técnico, aconselhamento e consulta de especialistas, publicação de relatórios, organização de conferências.	Conhecimento Técnico	Conhecimento Científico
Estratégias Bumerangue	Grupos de pressão	Coalizões

Fonte: Elaboração própria (2022)

De todas as estratégias que foram identificadas, grande parte já foi estudada na literatura sobre o tema. Por exemplo, de acordo com Thrall e cols. (2014), a estratégia conhecida como bumerangue possui três eixos: informação (fornecer informação sobre problemas ao público internacional), capacidade simbólica (utilizar símbolos para impressionar o público internacional), e componente de responsabilização, também chamado *naming & shaming*. Nesta

estratégia, as ONGAs de países do Sul Global procuram aliados internacionais para ajudar a pressionar os seus governos (Rietig, 2016), utilizando os meios de comunicação tradicionais ou as redes sociais. Foi o que explicou Rodela e cols., (2017) sobre a campanha de mobilização realizada pela Bird LIFE com 23 ONGAs em nível local para impedir a implantação de um parque eólico em uma reserva natural na Eslovênia.

Outra estratégia que aparece na amostra é o poder emprestado ou falso poder. O conceito de "empréstimo" de poder sugere que se recorre à fontes externas de poder para conseguir legitimidade e influência local (Betzold, 2010). De modo semelhante, o artigo de Deng e Brien (2021) discutiu a relação entre as ONGAs e os atores locais durante um programa de recuperação após um terremoto na China. Os autores concluíram que o contexto político teve um peso significativo na implementação do projeto, já que a falta de confiança da comunidade nas instituições alheias ao governo impediu que as propostas da ONGA fossem executadas.

3.2. Funções das ONGAs nas Políticas Públicas

A literatura revisada revelou que as funções mais frequentemente exercidas pelas ONGAs são: defesa dos interesses públicos, consultoria e expertise, agentes reguladores, financiadores, agentes transformadores de paradigma, porta-vozes ou denunciadores, e por fim, implementadores de políticas (ver Tabela 6).

Tabela 6. Funções das ONGAs nas políticas públicas

Tópico	Subcategoria	Categoria/Função
Defensores dos interesses públicos, construir diálogo para harmonizar valores diferentes, papel mediador, intermediário entre cidadãos e grupos de interesse.	Mediação de interesse público	Intermediação pública
Fornecer conhecimentos e competências especializadas, publicar relatórios anuais e estudos analíticos, consultoria para a aplicação de políticas em matéria de alterações climáticas, realizar investigação científica, assistência técnica e competências especializadas.	Competências técnicas	Consultoria e Expertise
Ajudar o Governo a regulamentar a gestão das pescas, criar normas e regulamentar atividades, supervisão em conjunto com o governo, acompanhamento do desempenho governamental, acompanhamento e avaliação de impactos ambientais.	Regulação e Monitoramento do processo	Normativa e Regulamentar
Financiamento de ações de conservação, disponibilização de recursos financeiros.	Recursos financeiros	Financiadora
Mudança de paradigma, questionamento da sustentabilidade do modelo de produção, geradora de mudanças no modelo de produção.	Mudanças de paradigma	Transformadora
Porta-vozes e delatores, vigilantes.	Porta-vozes	Vigilante
Operacionalizar os programas de conservação, execução de projetos, estruturas de gestão para a implementação das políticas.	Execução de projetos	Executora

Fonte: Elaboração própria (2022).

A função exercida pelas ONGAs vai depender do contexto político em que estão envolvidas. Como aponta Lane e Morrion (2006), em governos descentralizados, as ONGAs desempenham funções complementares, trabalhando em conjunto com o governo. Mas em contextos de governo mais centralizador, as ONGAs atuam como substitutos do governo, prestando serviços que ele não tem capacidade operacional ou técnica de oferecer. Diniz (2013) destaca que é comum o uso de mão de obra não pública na operacionalização das políticas públicas, o que pode ser observado nas funções apresentadas na Tabela 6, vistas como complementares ao trabalho do governo na implementação de políticas ambientais.

3.3. Relação com os Stakeholders

A revisão sistemática de literatura mostrou que as ONGAs desenvolvem diferentes tipos de relações com os *stakeholders* envolvidos no ciclo de políticas públicas: confronto/enfrentamento, cooperação intersectorial, parcerias, vigilância e apoio político. A Tabela 7 apresenta uma síntese dessas relações.

Tabela 7. Tipos de relações das ONGAs nas políticas de ambiente

Tópico	Subcategoria	Categoria
Confronto, oposição às políticas dominantes, opositores, confronto com as empresas, confronto com as autoridades locais.	Oposição às políticas dominantes	Confronto/Enfrentamento
Cooperação com agências governamentais, cooperação com municípios locais, cooperação com fundações de subvenção, cooperação com interesses com interesses públicos.	Cooperação pública e governamental	Cooperação Intersectorial
Parceria e convicções partilhadas, parceria nas alianças público-privadas.	Parcerias público-privadas	Parcerias
Colaboração com o Governo, acompanhamento do processo político, controlo da elaboração das políticas e dos resultados, vigilância.	Controle da elaboração das políticas	Vigilância
<i>Advocacy</i> e apoio político.	<i>Advocacy</i>	Apoio Político

Fonte: Elaboração própria (2022).

O papel das ONGAs nas Políticas Públicas já tem sido estudado pela literatura na China (Rollins, 2011), nos Estados Unidos (Foo, 2018), na Europa (Warleigh, 2000), na Índia (Palekar, 2012) e em outros contextos geopolíticos. A literatura analisada reconheceu que essas instituições podem desempenhar funções variadas, que vão desde fazer oposição às políticas econômicas que trazem impactos ambientais (Ramos, 2015); atuar como mediadoras entre o governo e a sociedade (Olive & Valentine, 2018); prover expertise e suporte técnico aos governos (Anshelm & Hansson, 2011); e regular ou monitorar as atividades de empresas e do governo (Yang, 2017). John Clark (1993) defende que um relacionamento considerado saudável

entre as ONGAs e o Governo vai depender da partilha de valores comuns e se ambos estão comprometidos com o mesmo objetivo. Para o autor, “onde o governo tem uma agenda social positiva e onde as ONGAs são eficazes, há potencial para um relacionamento forte e colaborativo” (Clark, 1993, p. 4). Isto ficou visível nos artigos de Tedesco (2015); Anshelm e Hansson (2011), e Matsuoka (2019), em que as ONGAs desenvolveram um relacionamento direto com as agências governamentais na execução de projetos de conservação e gestão do ambiente. Essa situação demonstra uma tendência crescente de descentralização estatal, onde o governo busca se conectar a uma rede de atores variados, com o objetivo de fortalecer laços e encontrar soluções conjuntas para problemas complexos (Silva, 2018).

3.4. Desafios à Participação de ONGAs

Os desafios enfrentados pelas ONGAs durante o processo de elaboração ou implementação de políticas ambientais são de origens diversas. A revisão de literatura revelou diferentes tipos de circunstâncias que essas instituições precisam superar para alcançar seus objetivos e obter impacto no processo político. São elas: fraca legitimidade e reconhecimento; mecanismos de participação ineficientes; limitação de recursos; limitações geográficas; má reputação; má gestão interna; inadequação aos critérios de financiamento; e a burocracia (ver Tabela 8).

Tabela 8. Desafios enfrentados pelas ONGAs

Tópico	Subcategoria	Categoria
Falta de voz, poder brando dos mercados, cultura de gestão com abordagem <i>top-down</i> , contexto político, existência de leis, falta de reconhecimento informal por parte dos outros actores (poder de reputação), participação formal, mas sem voz, as decisões são tomadas politicamente; necessidade de melhorar a legitimidade e o poder, falta de empenhamento, boicote da população local.	Legitimidade e Voz	Fraca Legitimidade e Reconhecimento
Mecanismos de participação civil pouco desenvolvidos (fracos), documentos técnicos não disponíveis nas línguas locais, falta de estrutura de participação, falta de informação e de comunicação.	Baixa participação civil	Mecanismos de participação ineficientes
Falta de capital social, dependência financeira das grandes empresas, dependência dos doadores privados, limitações de tempo para reunir os conhecimentos necessários, falta de recursos humanos e financeiros, limitações financeiras e falta de engajamento do staff, dependência financeira de grandes empresas, fraca capacidade técnica, falta de financiamento constante e coerente, relatórios de auditoria dispendiosos, falta de atratividade para os doadores.	Falta de recursos humanos e financeiros	Limitação de recursos
Exclusão geográfica, não localização em um território	Localização Geográfica	Limitações geográficas

valorizado pelos financiadores (por exemplo, área de menor interesse ecológico ou cultural).		
Falta de credibilidade, casos de corrupção relacionados com a má gestão dos recursos financeiros, gerar e manter a confiança da comunidade adjacente, baixa credibilidade na relação com os bancos, má reputação com as agências nacionais de financiamento.	Falta de confiança dos interessados Má reputação	Má reputação
Problemas de gestão interna, pressão interna e potencial concorrência organizacional, falta de transparência.	Problemas internos	Má gestão interna
Inadequação dos critérios de eficiência estabelecidos pelas fundações que oferecem subvenções.	Capacidade técnica	Incapacidade técnico-ideológica.
Conflitos de interesses para obtenção de financiamento, falta de incentivos políticos ou ideológicos, sem compromisso ideológico com os projetos.	Conflito ideológico	
Legislação altamente burocrática e ineficaz, a legislação não é clara.	Legislação ineficaz	Burocracia

Fonte: Elaboração própria (2022).

Algumas dessas limitações também foram apontados por Esteves e cols., (2015) em um estudo diagnóstico sobre as ONGs em Portugal. Esta pesquisadora percebeu que, mesmo que haja alguma forma de participação da sociedade civil nos processos de decisão para elaboração ou implementação de políticas públicas, essa participação nem sempre é efetiva porque os mecanismos utilizados não permitem a real contribuição dessas instituições e apenas oferecem uma cadeira em fóruns e comissões, mas pouco ou nenhum direito de fala e quase nenhuma influência na decisão final. Outros autores já questionaram a participação civil e seus níveis de efetividade em processos decisórios em espaços políticos, como o estudo de Arnstein (1969), um dos pioneiros.

O artigo de Pospieszna e Vetulani (2021) sobre a atuação de grupos de interesse na Polônia pós abertura política e redemocratização, revelou que a falta de mecanismos de participação civil eficientes enfraquece a participação social no processo político, devido à fatores como a existência de um conjunto restrito de instrumentos de consulta, prazos demasiadamente curtos para apresentar propostas de solução e problemas relacionados com a visibilidade das instituições da sociedade civil naquele país. Semelhante a isso, abordagens do tipo *top down* e falta de voz para as ONGAs também foram desafios abordados nos estudos de Malovrh e cols., (2019) e também por Veiga e Rodrigues (2012) como parte da rotina destas instituições. Falta de oportunidades de financiamento e a baixa capacidade de acesso à recursos financeiros foram outros fatores abordados por Apostoaie e Ionce (2016) no seu estudo de caso sobre as ONGAs na Romênia.

]

Considerações Finais

O propósito deste estudo foi realizar uma revisão sistemática da literatura sobre a contribuição das ONGAs no processo de elaboração e implementação de políticas de ambiente, buscando-se identificar os fatores e mecanismos que incentivam ou inibem a influência desses atores no processo político, incluindo aí as estratégias utilizadas por essas instituições, as funções que desempenham, os desafios que enfrentam e o tipo de relações que estabelecem com os outros atores envolvidos no processo. Os resultados identificaram o uso de diversas estratégias para obter maior influência e participação nas políticas ambientais, variando de acordo com a escala de atuação. Em uma escala mais nacional ou internacional, as estratégias mais usadas costumam ser: gerar informação e alarde, realizar ações financeiras, participar em fóruns formais, realizar eventos ecológicos, literacia ambiental, fornecer conhecimento científico e, formar coalizões. Já em uma escala de atuação mais local, as ONGAs têm mais necessidade de aplicar estratégias de reforço de relações com os *stakeholders*, exercer um poder “falso”, fazer literacia ambiental, fornecer conhecimento científico e participar em fóruns de governança, embora muitas vezes essa participação não seja ativa.

O que se percebeu na leitura dos artigos é que o tamanho e a reputação da ONGA determinam o tipo de estratégia ou a combinação delas a ser utilizada. Por exemplo, quando a ONGA é pequena e tem um histórico recente de atuação, em geral não tem capacidade de gerar alarde ou de realizar ações financeiras, e pode precisar usar um poder “falso”, ou seja, precisa se valer da legitimidade e da influência de outro *stakeholder* (um líder local, por exemplo) para conseguir validar suas demandas e ações no território onde a política está a ser implantada. Esse papel das ONGAs é abordado por de Mello-Théry (2011, 2022), quando destaca que as ONGs internacionais não se limitam a um papel científico, mas atuam como agentes de legitimação e implementação de práticas ambientais. Já as ONGAs com autonomia financeira, reconhecimento nacional ou internacional, e com recursos humanos bem capacitados tendem a usar estratégias de financiamento e de reforço de relações (o que se pode entender como criação de redes), além de gerar alarde sobre um tema, efetivando sua participação na formulação ou implantação de políticas de forma ativa, em nível local ou nacional.

No que se refere às relações com os outros *stakeholders*, a literatura já havia previsto que as ONGAs interagem de quatro formas: cooperação, confronto, complementaridade e cooptação (Najam, 2000). Surel (2008), citado por Godoy (2012:143), reforça que “no âmbito das políticas públicas essas relações podem envolver posturas de coerção, mediação ou concertação”, diz ele. Em paralelo, a amostra identificou relações de confronto ou enfrentamento, cooperação intersectorial, parcerias, vigilância e apoio político ou *advocacy*. Os estudos analisados revelaram que as ONGAs constroem relações de cooperação intersectorial e parceria com *stakeholders* que partilham interesses comuns dentro do processo de política pública, como por exemplo, com comunidades de pescadores ou instituições de pesquisa com o objetivo de cumprir metas de conservação da biodiversidade. No entanto, diante de interesses conflitantes, as ONGAs assumem um papel de vigilância e defesa, monitorando as ações dos demais atores e, em alguns casos, recorrendo à justiça.

Sobre as funções, a amostra indicou que as ONGAs podem exercer variados papéis ao longo do processo de política públicas: defesa dos interesses públicos, consultoria e expertise,

agentes reguladores, financiadores, agentes transformadores de paradigma, porta-vozes ou denunciadores, e por fim, implementadores de políticas. Outros estudos já haviam apontado a diversidade de papéis desempenhados pelas ONGAs nas políticas públicas, a exemplo de Lane e Morrison (2006). A análise sugere que as capacidades financeiras e operacionais da instituição podem ser fatores determinantes no tipo de função que ela vai exercer no processo de política pública, quanto menores os recursos financeiros e humanos, menos funções e menos relações a ONGA consegue criar e, portanto, menor sua capacidade de influência na política. Além disso, viu-se que o contexto político é um fator crucial na capacidade de influência e no tipo de relação que as ONGAs desenvolvem com os demais atores do processo.

Por fim, os desafios enfrentados pelas ONGAs são de naturezas diversas: fraca legitimidade; mecanismos de participação ineficientes; limitação de recursos; limitações geográficas; má reputação; má gestão interna; inadequação aos critérios de financiamento; e a alta burocracia. Nota-se que essas fragilidades atingem ONGAs em todas os continentes, não se limitando à uma área geográfica. As dificuldades de caráter conjuntural, como a alta burocracia e os mecanismos de participação ineficientes, são extrínsecos à essas instituições e devem ser combatidos em conjunto por todos os *stakeholders* envolvidos no ciclo político, e portanto, criar maneiras de enfrentar esses problemas é crucial para garantir uma participação mais efetiva das ONGAs no processo de políticas públicas.

Não seria prudente considerar os resultados desta investigação como representativos de todas as ONGAs. Eles oferecem apenas uma pista das diversas estratégias, funções, relações e desafios que fazem parte da realidade destas instituições durante o processo de formulação e implementação de políticas públicas de ambiente. Eles serão usados para gerar categorias de análise para um estudo empírico com o intuito de perceber a influência das ONGAs nas Políticas Públicas em Portugal. Sugere-se ainda que futuras investigações possam aprofundar a compreensão de como esses fatores interagem entre si, e quais alternativas podem ser aplicadas para ultrapassar os limites impostos e alcançar maior influência e efetividade das ONGAs nas políticas de ambiente.

Referências Bibliográficas

- Aanesen, Margrethe., & Armstrong, Claire. (2013). Stakeholder influence and optimal regulations: a common-agency analysis of ecosystem-based fisheries regulations. *Journal of Institutional and Theoretical Economics: JITE*, 320-338. <https://doi.org/10.1628/093245613X13620416111245>
- Anshelm, Jonas., & Hansson, Anders. (2011). Climate change and the convergence between ENGOs and business: on the loss of utopian energies. *Environmental Values*, 20(1), 75-94. <https://doi.org/10.3197/096327111X1292235016607>
- Apostoaie, Constantin-Marius., & Ionce Ruxandra. (2016). Identifying the main problems of Environmental Non-Governmental Organizations: lessons from Romania. *Present Environment & Sustainable Development*, 10(2), 63-76 <https://doi.org/10.1515/pesd-2016-0026>
- Arnstein, Sherry R. (1969). A Ladder of Citizen Participation. *Journal of the American Institute of planners*, 35(4), p. 216-224. <https://doi.org/10.4324/9781315748504-47>
- Bardin, Lawrence. (2016). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Betzold, Carola. (2010). “Borrowing” Power to Influence International Negotiations: AOSIS in the Climate Change Regime, 1990-1997. *Politics*, 30(3), 131-148. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9256.2010.01377>
- Binder, Seth., & Neumayer Eric. (2005). Environmental pressure group strength and air pollution: An empirical analysis. *Ecological Economics*, 55(4), 527–538. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2004.12.009>
- Brasil, Felipe Gonçalves. (2013). Políticas participativas e a nova literatura de análise de políticas públicas: novos horizontes para agenda de pesquisa. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 3(1), 44–61. <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1095.v3i1p44-61>
- Braun, Virginia., & Clarke., Victoria. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706QP063OA>
- Bromideh, Ali Akbar. (2011). The widespread challenges of NGOs in developing countries: Case studies from Iran. *International NGO Journal*, 6(9), 197–202. www.academicjournals.org/INGOJ
- Calegare, Marcelo Gustavo Aguiar., & Silva Júnior, Nelson. (2009). A “construção” do Terceiro Setor no Brasil: da Questão Social à Organizacional. *Revista Psicologia Política*, 9(17), 129–148. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7918690>
- Cruz Godoy, Larissa Ribeiro. (2012). Proposta de Análise de Políticas Públicas a partir das Tipologias de Surel e de Kuhn: o caso da compensação ambiental no Brasil. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 2(2), 408-440. <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/97863>
- Dellmuth, Lisa., Petersson, Matilda., Dunn, Daniel., Boustany, André., & Halpin, Patrick. (2020). Empowering NGOs? Long-term effects of ecological and institutional change on

- regional fisheries management organizations. *Global Environmental Change*, 65, 102197. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378020307809>
- Deng, Yanhua., & O'Brien, Kevin J.. (2021). Value clashes, power competition and community trust: Why an NGO's earthquake recovery program faltered in rural China. *The Journal of Peasant Studies*, 48(6), 1187-1206. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03066150.2019.1690470>
- Diniz, Camila Adriana Silva. (2013). A Parceria Entre Poder Público e Instituições Não Governamentais na Implementação de Programas Sociais: análise do Programa Projovem no município de Contagem – MG – Brasil. *Revista Gestão e Políticas Públicas*, 3(1), 55–71. <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/97884>
- Esteves, Alexandra., Mendes, Américo Carvalho., Lourenço, Ana., Chau, Fernando., Pinto, Filipe., e cols. (2015). *Diagnóstico das ONGs em Portugal*. Fundação Calouste Gulbenkian <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/22496/1/28936858.pdf>
- Ewoh, Andrew., & Rollins, Melissa. The role of environmental NGOs in Chinese public policy. *Journal of Global Initiatives: Policy, Pedagogy, Perspective*, 6(1), 3. <https://digitalcommons.kennesaw.edu/jgi/vol6/iss1/3/>
- Foo, Katherine. (2018). Examining the Role of NGOs in urban environmental governance. *Cities*, 77, 67-72. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264275117306583>
- Furumo, Paul R. & Eric F. Lambin (2021). Policy sequencing to reduce tropical deforestation. *Global Sustainability*, 4(24), 1–12. <https://doi.org/https://doi.org/10.1017/sus.2021.21>
- Gritten, David., González-Olabarria, José., Mola Yudego, Blas., & Domínguez Torres, Gloria. (2012). Environmental campaigns against forest companies: What are the campaigns trying to achieve? *Forest Systems*, 21(2), 247–258. <https://repositori.udl.cat/server/api/core/bitstreams/c0ebd41f-9aeb-4dae-acea-4f1eb755c09d/content>
- Haapasaari, Päivi, Samu Mäntyniemi & Sakari Kuikka. (2012). Baltic herring fisheries management: stakeholder views to frame the problem. *Ecology and Society*, 17(3). Acesso em 12 de setembro de 2021, de <http://www.jstor.org/stable/26269080>
- Haris, Siti Melinda., Mustafa, Firuza Begham., & Ariffin, Raja Noriza Raja. (2020). Systematic literature review of climate change governance activities of environmental nongovernmental organizations in Southeast Asia. *Environmental management*, 66(5), 816-825. <https://link.springer.com/article/10.1007/s00267-020-01355-9>
- Hege, Inga., Kononowicz, Andrzej., Tolks, Daniel., Edelbring, Samuel., & Kuehlmeier, Katja. (2016). A qualitative analysis of virtual patient descriptions in healthcare education based on a systematic literature review. *BMC Medical Education*, 16, 1–11. <https://link.springer.com/article/10.1186/s12909-016-0655-8>
- Hermansen, Erlend., Mcneill, Desmond., Kasa, Sjur.; & Rajão, Raoni. (2017). Co-Operation or Co-Optation? NGOs' Roles in Norway's International Climate and Forest Initiative. *Forests*, 8(3), 64. <https://www.mdpi.com/1999-4907/8/3/64>
- Hoffman, Andrew. (2009). Shades of green. *Stanford Social Innovation Review*, 40-49. <https://ssrn.com/abstract=2944204>

- Lane, Marcus., & Morrison, Tiffany Hope. (2006). Public interest or private agenda? A mediation on the role of NGOs in environmental policy and management in Australia. *Journal of Rural Studies*, 22(2), 232–242. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S074301670500118X>
- Matsuoka, Steven., Hagelin, Julie., Smith, Melanie., Paragi, Thomas., Sesser, Amanda., & Ingle, Moira. (2019). Pathways for avian science, conservation, and management in boreal Alaska. *Avian Conservation & Ecology*, 14(1). <https://doi.org/10.5751/ACE-01347-140115>
- Mello-Théry, Neli Aparecida de. (2011). Meio ambiente, globalização e políticas públicas. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 1(1), 133–161. <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/97828>
- Mello-Théry, Neli Ap., Silva, Alessandro., Caldas, Eduardo de Lima., & Teixeira, Caio Penko. (2022). Models of Urban Governance and Social Movements in Latin America and the Caribbean. Em Jesús. González-Pérez., Clara Irazábal., & Rubén Lois-González. *The Routledge Handbook of Urban Studies in Latin America and the Caribbean*. Routledge. https://www.researchgate.net/publication/366352845_Models_of_Urban_Governance_and_Social_Movements_in_Latin_America_and_the_Caribbean
- Mermet, Laurent. (2018). Pro-environmental strategies in search of an actor: A strategic environmental management perspective on environmental NGOs. *Environmental Politics*, 27(6), 1146-1165. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09644016.2018.1482841>
- Moher, David., Liberati, Alessandro., Tetzlaff, Jennifer., Altman, Douglas., & The PRISMA Group (2010). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *International journal of surgery*, 8(5), 336-341. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1743919110000403>
- Norris, Michael., & Oppenheim, Charles. (2007). Comparing alternatives to the Web of Science for coverage of the social sciences' literature. *Journal of informetrics*, 1(2), 161-169. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1751157706000228>
- Olive, Andrea., & Valentine, Katie. (2018). Is anyone out there? Exploring Saskatchewan's civil society involvement in hydraulic fracturing. *Energy Research & Social Science*, 39, 192-197. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214629617304292>
- Page, Matthew., McKenzie, Joanne., Bossuyt, Patrick., Boutron, Isabelle., et al.. (2021). The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *bmj*, 372. <https://www.bmj.com/content/372/bmj.n71.short>
- Palekar, Subhash A. (2012). Role of NGOs in Policy-Making in India. *The Indian Journal of Political Science*, 73(1), 21-28. <https://www.jstor.org/stable/41856557>
- Paul, James A. (2000). NGOs and global policy-making. Em *Global Policy Forum* (pp. 79-88). United Nations. <https://archive.globalpolicy.org/component/content/article/177-un/31611-ngos-and-global-policy-making.html>
- Pezdevšek Malovrh, Špela.; Paletto, Alessandro.; Posavec, Stjepan.; Dobšinská, Zuzana.; Dorđević, Ilija.; Marić, Bruno.; Avdibegović, Mersudin; Kitchoukov, Emil; Stijović, Aleksandar; Trajkov, Pande; & Laktić, Tomislav. (2019). Evaluation of the operational environment factors of nature conservation policy implementation: Cases of selected EU and non-EU countries. *Forests*, 10(12), 1099. <https://www.mdpi.com/1999->

[4907/10/12/1099](#)

- Pospieszna, Paulina., & Vetulani-Cęgiel, Agnieszka. (2021). Polish interest groups facing democratic backsliding. *Interest Groups & Advocacy*, 10(2), 158-180. <https://link.springer.com/article/10.1057/s41309-021-00119-y>
- Ramos, Howard. (2015). Mapping the field of environmental justice: Redistribution, recognition and representation in ENGO press advocacy. *Canadian Journal of Sociology*, 40(3), 355-376. <https://www.jstor.org/stable/canajsocahican.40.3.355>
- Rodela, Romina, Udovč, Andrej., & Boström, Magnus. (2017). Developing environmental NGO power for domestic battles in a multilevel context: Lessons from a Slovenian case. *Environmental Policy and Governance*, 27(3), 244-255. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/eet.1735>
- Rodrigues, Pietro Carlos., & Veiga, João Paulo Cândia. (2012). Transnational Arenas, public policies and the environment: The case of palm in the amazon. *Ambiente & Sociedade*, 19(4), 01-20. <https://www.scielo.br/j/asoc/a/fbmzHgXmwJhsKXgGWwxgkvJ/?lang=en>
- Rietig, Katharina. (2016). The power of strategy: environmental NGO influence in international climate negotiations. *Global Governance*, 269-288. <https://www.jstor.org/stable/44861077>
- Silva, Alessandro Soares da. (2009). Contribuições dos movimentos sociais para a desprivatização da ética na perspectiva da psicologia política. Em Flavia Mori Sarti., & Gislene Ap. dos Santos. (org.). *Ética, Pesquisa e Políticas Públicas*. Rubio. https://www.researchgate.net/publication/344041671_Contribuicoes_dos_Movimentos_Sociais_para_a_Desprivatizacao_da_Etica_na_perspectiva_da_Psicologia_Politica
- Silva, Alessandro Soares da. (2018). A Ação Pública: um outro olhar sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 8(1), 194-204. <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/175154>
- Silva, Alessandro Soares da. (2023). Entre Fronteiras: a emergência da Psicologia Política da Ação Pública como Campo Interdisciplinar. *Confins*, 58(1),1-14, <https://doi.org/10.4000/confins.50890>
- Snyder, Hannah. (2019). Literature review as a research methodology: An overview and guidelines. *Journal of business research*, 104, 333-339. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0148296319304564>
- Tedesco, Delacey. (2015). American foundations in the Great Bear Rainforest: Philanthrocapitalism, governmentality, and democracy. *Geoforum*, 65, 12-24. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0016718515001773>
- Thrall, Trevor., Stecula, Dominik., & Moyer, Rossella. (2014). Building a Better Boomerang? Human Rights NGOs and the New Media. *Politische Interessenvermittlung Und Medien*, 425-441. <https://doi.org/10.5771/9783845245683425>
- Unander, Trine E., & Sørensen, Knut H.. (2020). Rhizomic learning: How environmental non-governmental organizations (ENGOS) acquire and assemble knowledge. *Social studies of science*, 50(5), 821-833. <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0306312720908343>
- Warleigh, Alex. (2000). The hustle: citizenship practice, NGOs and 'policy coalitions' in the

- European Union-the cases of Auto Oil, drinking water and unit pricing. *Journal of European public policy*, 7(2), 229-243.
<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/135017600343179>
- World Bank. Human Resources Development and Operations Policy., & Clark, John. (1993). The Relationship Between the State and the Voluntary Sector. *World Bank*, 1–12.
<https://www.gdrc.org/ngo/state-ngo.html>
- Yang, Zhaojun., Liu, Weihao., Sun, Jun., & Zhang, Yali. (2017). Corporate environmental responsibility and environmental non-governmental organizations in China. *Sustainability*, 9(10), 1756. <https://www.mdpi.com/2071-1050/9/10/1756>

Recebido em 11/02/2024.
Revisado em 04 /11/2024
Aceito em 21/12/2024.